



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Ian Gama Drumond

**Brasília-Teerã, Teerã-Brasília: Política Externa Brasileira e a
Mediação do Caso do Urânio Enriquecido Iraniano**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Victória Santos

Rio de Janeiro
Dezembro de 2024

Ao meu avô e anjo da guarda, Luiz Pacheco Drumond, por
ser a maior inspiração de vida que eu poderia ter

Agradecimentos

Durante os últimos 4 anos, experienciei as mais diversas oportunidades acadêmicas, profissionais e pessoais. Cada momento dentro da faculdade contribuiu um pouco para o crescimento e a formação não só da pessoa que sou hoje, mas também de quem eu quero me tornar no futuro. Só tenho a agradecer pela oportunidade de cumprir meu bacharelado no curso que sempre sonhei dentro da instituição e departamento que sempre almejei.

Primeiramente, gostaria de agradecer minha família por todo o suporte ao longo de toda a graduação. Minha formação como ser humano começou há muito tempo atrás com uma educação ímpar proporcionada tanto por meu pai, Luiz Antônio Lourenço Drumond, e minha mãe, Elizabeth Christina Dutra Gama. A eles serei eternamente grato por terem provido tudo possível para que os meus sonhos se tornassem realidade. Também não poderia deixar de agradecer meus irmãos Bruno, Diego, Luiz, Iago e Iuri, os meus melhores amigos. Apesar de amar todos da mesma forma, preciso utilizar esse espaço para um agradecimento especial ao meu irmão e colega de formação Iago, em quem sempre me inspirei e cuja produção máxima acadêmica se encontra citada neste trabalho de conclusão de curso.

Para minha namorada e companheira de vida Laura Kale Daher, deixo aqui meus mais sinceros sentimentos de amor e gratidão. Obrigado por estar comigo sempre que eu preciso, me incentivando, acolhendo e inspirando a todo momento. Ao seu lado eu sou mais feliz, o mundo se torna mais colorido e a vida mais fácil.

Agradeço, também, às amizades que pude cultivar ao longo dos últimos 4 anos de faculdade. Arthur, Carol, Felipe, Gaio, Luisa, Maria Carolina, Mariana, Ricardo e Tales: ainda bem que eu tive vocês para compartilhar as frustrações, conquistas e risadas que só o curso de Relações Internacionais é capaz de proporcionar. O mesmo é válido para os laços que formei graças a Empresa Júnior PUC-Rio, o maior laboratório profissional que tive ao longo da minha graduação. Obrigado por tudo Ana, Bruna, Daniel, Felipe, Gabriela, Laura, Letícia Juliana, Luiza, Maria Clara, Maria Luiza, Nicole, Pedro, Pedro Henrique, Roberto e muitos outros nomes que marcaram minha trajetória na EJ.

Também preciso deixar um agradecimento aos meus companheiros de trajeto Niterói-PUC: Bruna, Felipe, Maria Carolina, Maria Clara, Maria Fernanda,

Maria Luiza, Matheus e Rayane. Alguns laços simplesmente se tornam mais fortes ao experienciar o trânsito caótico dos horários de pico na ponte Rio-Niterói.

É com muito orgulho e felicidade que expresso meus agradecimentos ao Instituto de Relações Internacionais por proporcionar um ambiente de aprendizado comprometido com a formação de cidadãos e profissionais capacitados. Ressalto aqui o excelente corpo docente do departamento, aqueles que são responsáveis por encantar os jovens universitários e ajudar a transformar os sonhos deles em realidades. Deixo um agradecimento nominal a alguns dos mestres e mestras que mais marcaram minha trajetória acadêmica e me fizeram ter a certeza da minha escolha de curso: Márcio Scalercio, Ricardo Oliveira, Fernando Maia, Paula Sandrin, Marcelo Capucci, João Daniel, Luciana Badin, Kai Kenkel, Roberto Yamato, Carlos Frederico e Victória Santos.

Por fim, À Victória Santos, minha orientadora, deixo aqui os agradecimentos pelo suporte ao longo de todo este semestre. Este trabalho não teria sido possível sem o seu auxílio acadêmico e emocional. O eixo de conflitos não poderia ter uma pessoa melhor orientando seus alunos durante a Optativa de Prática Profissional 3.

Resumo

Drumond, Ian Gama. **Brasil-Teerã, Teerã-Brasília: Política Externa Brasileira e a Mediação do Caso do Urânio Enriquecido Iraniano**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho de conclusão tem como objetivo analisar o envolvimento brasileiro na mediação do caso do urânio enriquecido iraniano no início da década de 2010. Para a compreensão desse envolvimento, analisou-se a paz dentro da política externa de países emergentes e da política externa brasileira, iluminando o envolvimento no processo de reconstrução do Haiti como ferramenta para identificar os elementos dentro da trajetória do Brasil na promoção da paz. Assim, a partir dessa análise é possível debater o dilema do urânio enriquecido iraniano, o apontamento brasileiro como mediador e a sua atuação no caso. Por fim, são apresentadas as consequências desse evento para a política externa brasileira e o que ficou de aprendizado para lidar com questões contemporâneas.

Palavras-chave

Mediação; Teerã; Promoção da Paz.

Abstract

Drumond, Ian Gama. **Brasil-Teerã, Teerã-Brasília: Brazilian Foreign Policy and the Mediation of Iranian Uranium Enrichment Case**. Rio de Janeiro, 2024. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The main objective of this present thesis is to analyze Brazil's involvement in mediating the Iranian uranium enrichment case in the early 2010s. To understand this involvement, both peace within the foreign policy of emerging countries and Brazilian foreign policy were examined, highlighting Brazil's role in Haiti's reconstruction process as a tool to identify elements within the country's trajectory in peacebuilding. From this analysis, it is possible to discuss the dilemma of Iranian enriched uranium, Brazil's designation as a mediator, and its actions in the case. Finally, the consequences of this event for Brazilian foreign policy are presented, along with the lessons learned in order to address contemporary issues.

Keywords

Mediation; Tehran; Peacebuilding.

Sumário

1. Introdução.....	8
1.1. Metodologia.....	10
2. A Paz dentro da Política Externa Brasileira e de Demais Países Emergentes... 13	
2.1 Países Emergentes e Política Externa: A Paz como Ferramenta de Status 15	
2.2 A Trajetória Brasileira na Promoção da Paz.....	17
2.2.1 Participação Brasileira no Processo de Reconstrução do Haiti.....	19
3. O Programa Nuclear Iraniano.....	22
3.1 Atoms for Peace e o Período Pré-Revolução.....	22
3.2 A Revolução Iraniana e a Sequência do Programa Nuclear.....	23
3.3 Anos 2000: P5+1 vs Irã.....	24
4. De Brasília a Teerã: A Mediação Brasileira da Crise do Urânio Iraniano.....	27
4.1 Brasil, Paladino dos Emergentes: Críticas à Condução do P5+1 e o Apontamento como Mediador.....	27
4.2 A Mediação Brasileira e a Declaração de Teerã.....	28
4.3 Impactos do Acordo Tripartite: Protagonismo Internacional Alcançado ou Oportunidade Desperdiçada?.....	31
4.4 Importância da Declaração de Teerã para a Política Externa Brasileira: Implicações e Legados.....	33
5. Conclusão.....	36
6. Referências Bibliográficas.....	39

“It's the job that's never started as takes longest to finish.”

J.R.R. Tolkien, *The Lord of The Rings*

1. Introdução

O presente trabalho de conclusão analisa a participação brasileira em casos de conflitos internacionais. Para isso, utiliza-se do estudo de um caso passado, a participação do Brasil na Crise do Urânio Iraniano, onde é possível inferir que o país ascendeu a uma posição de protagonismo dentro do plano internacional a partir do apontamento como mediador de contencioso. Essa conclusão, porém, não é unânime uma vez que tal protagonismo encontrou obstáculos que podem ter feito com que o mesmo não passasse de uma esperança brasileira não concretizada.

Diante da análise desse acontecimento, é possível fazer uma avaliação do que restou de legado dessa movimentação brasileira ao início da década de 2010. Cabe, também, identificar as posturas e ações que poderiam estar sendo adotadas pelo país no presente momento visando participar da resolução das problemáticas mundiais atuais. Dessa forma, as recomendações a serem elaboradas podem contribuir para um Brasil mais enfático e vocal perante os conflitos internacionais contemporâneos, guiando-se pela promoção da paz, um dos alicerces da política externa brasileira.

Primeiramente, em relação ao papel do Brasil como mediador internacional, analisa-se a postura adotada pelo país ao longo das últimas três décadas. A utilização desse espaço amostral diz respeito à mudança e evolução dos debates de segurança internacional que vêm ocorrendo desde a década de 1990 não somente no meio acadêmico mas também por parte dos policymakers. Nesse período, em especial a partir dos anos 2000, o Brasil se envolveu de maneira engajada com o tema da segurança internacional nos temas de promoção e consolidação da paz a partir de suas ações no Haiti e Guiné-Bissau (Drumond e Kenkel, 2019, p. 14). A partir desses envolvimento, o Brasil começou a fortalecer as características de sua política externa perante a ordem normativa do sistema internacional. O que se verificou foi uma política externa chamada de não-indiferente, pautada na promoção da paz e, por que não, que desafiava o conceito de paz liberal predominante na época.

Desse modo, o Brasil construiu sua política externa “moderna” em volta de ações pautadas na cooperação Sul-Sul (Stuenkel e Taylor, 2015, p. 3) assumindo a responsabilidade de ajudar na reconstrução de Estados deixados de lado pelos

grandes atores do sistema internacional. Com isso, a notoriedade das ações brasileiras e o posicionamento do país dentro do sistema internacional passaram a ser difíceis de ignorar. O caminho para um verdadeiro protagonismo se mostrava cada vez mais claro.

O ápice de todo esse processo viria com a crise internacional entre o Conselho de Segurança da ONU e o Irã em relação ao enriquecimento de urânio iraniano. O Brasil, sempre muito vocal quanto à autonomia do Irã e seu programa nuclear (um posicionamento alinhado com os princípios de sua política externa), se viu em um cenário onde mesmo possuindo esse posicionamento distinto dos estadunidenses, foi apontado juntamente da Turquia, em 2010, como mediador de um contencioso visando ampliar o diálogo entre as partes. Pela primeira vez, o Brasil passou a atuar de forma direta em um embate internacional.

A Segurança Internacional sempre esteve intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao poderio bélico e/ou militar dos Estados. Desse modo, independente do cenário global, seja ele de incerteza ou de estabilidade, o surgimento de uma nova tecnologia nas mãos de um Estado que não possua caráter hegemônico provocará desentendimentos e impasses institucionais. Para ser mais preciso, no contexto nuclear, não se faz necessário que uma nova tecnologia surja: basta que um país de menor relevância decida explorar e fazer testes com tecnologia nuclear para que a segurança mundial se encontre ameaçada.

Novamente, retorna-se ao dilema de segurança, algo que existe desde a madrugada da história, em que os Estados temem ser dominados ou aniquilados por outros grupos. Na visão das grandes potências o acúmulo e a exploração do urânio, que pode ser manipulado de forma a se tornar uma das mais potentes armas de destruição em massa existentes, se apresenta como uma ameaça real. Por mais que o Irã não possuísse na época, e até hoje não possua, relevância considerável no sistema internacional, essas ações por parte desse país do Oriente Médio geram uma insegurança generalizada, levando à crise que foi verificada durante o alvorecer do século XXI.

Diante disso, os resultados obtidos através da parceria com a Turquia foram extremamente animadores e ressaltam um ponto importante na mediação de conflitos não violentos: a integração. Separar as condições que se encontram no alicerce de um problema servem como força motriz para solucioná-lo, e é

justamente esse papel que a integração entre os 3 Estados do Sul Global desempenhou na mediação brasileiro-turca, deixando o Irã mais confortável ao dialogar com Estados semelhantes a si.

Dessa forma, a partir da mediação de Brasil e Turquia, o Acordo Tripartite que viria a ser conhecido como Declaração de Teerã foi assinado. O acordo representava a materialização dos esforços brasileiros, uma vez que, pela primeira vez em décadas, o Irã se abriria quanto ao seu programa nuclear, permitindo troca e inspeção do urânio enriquecido produzido no país, algo que vinha sendo demandado pelo grupo que viria a ser conhecido como P5+1 (as cinco cadeiras permanentes do Conselho de Segurança da ONU + a Alemanha) há 5 anos na forma de sanções. Seriam Brasil e Turquia os “heróis improváveis” dessa história? Estaria o problema superado de uma vez por todas com esse sinal de abertura e flexibilidade iraniano?

2. We express our strong conviction that we have the opportunity now to begin a forward looking process that will create a positive, constructive, non-confrontational atmosphere leading to an era of interaction and cooperation. (Tehran Declaration, 2010)

Infelizmente, apesar do esforço brasileiro como mediador, o P5+1 optou por não seguir com as medidas contidas na Declaração de Teerã e retomou a frente nas negociações. Brasil e Turquia foram deixados de lado à medida que seus esforços acabaram não resultando em ações efetivas visando a paz e o fim do impasse. O estado das negociações entre as partes não apresentou avanço significativo após a saída dos dois emergentes e a solução definitiva para a questão só viria anos depois, em 2015, com a assinatura do acordo nuclear com o Irã.

Diante de todos esses eventos nas primeiras décadas do século XXI e das situações de conflitos que o mundo contemporâneo vive, é possível refletir acerca do papel do Brasil dentro do contexto das mediações internacionais. Como esse caso conversa com a tradição diplomática brasileira de valorização da resolução pacífica de controvérsias? O que a política externa brasileira pode aprender com esses eventos passados de modo a aplicar para os cenários dos conflitos atuais? É a partir desses questionamentos que serão executadas as análises deste trabalho.

1.1. Metodologia

A metodologia selecionada para este trabalho foi o estudo de caso da participação brasileira na crise do urânio enriquecido iraniano. A partir desse caso, é possível analisar a forma com que o Brasil, um país emergente, atuou dentro do contexto internacional no que diz respeito a um tema de relevância global para a segurança internacional. Esse estudo de caso faz-se relevante pois a busca por visibilidade e protagonismo é um tema recorrente na análise da política externa de Estados em desenvolvimento.

Assim, no segundo capítulo deste trabalho, se estruturará, em um primeiro momento, o conceito de consolidação da paz e as múltiplas facetas da paz dentro do sistema internacional pós-Guerra Fria. A partir dessa conceituação teórica, será possível fazer a análise da forma com que esse conceito interage com as ações tomadas por países emergentes ao fazerem suas políticas externas. Posteriormente, será possível focar especificamente na política externa brasileira e na forma como a promoção da paz permeia o histórico das últimas quase 4 décadas.

Esse segundo capítulo terá como referência obras voltadas para o estudo da paz, com ênfase em *peacebuilding*. Johan Galtung, criador desse conceito, obviamente figurará entre as bases do capítulo, uma vez que seu estudo sobre a paz ajudaram a evoluir o campo da segurança internacional e servem como um grande histórico das diferentes percepções desses conceitos ao longo dos anos. A Agenda da Paz de 1992 também permite uma análise em cima dos conceitos de *peacebuilding* e *peacekeeping* a partir de uma ampla revisão de seus significados e cenários pós-conflitos. Para além disso, também serão abordados estudos em cima dos recortes específicos, com destaque para uma revisão bibliográfica sobre a atuação brasileira e de outros países nesse campo.

Em seguida, será apresentado o embate entre o Conselho de Segurança da ONU e o Irã em relação a um possível direcionamento bélico para o urânio iraniano. Será feita uma contextualização do programa nuclear iraniano desde a sua origem ainda no século XX até meados da década de 2000 quando o mesmo passou a ser visto como uma ameaça dentro do sistema internacional. Sobre o envolvimento brasileiro nesse impasse, a utilização de reportagens, relatos ou pronunciamentos será imprescindível, com destaque para o livro *Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa ativa e altiva* do Ministro das Relações Exteriores da época, Celso Amorim. Além disso, a Declaração de Teerã,

elaborada em conjunto por Brasil, Turquia e Irã, será uma das principais fontes primárias utilizadas nesse capítulo. A partir dela será possível dissecar as medidas tomadas e compreender o porquê de determinados pontos ali presente terem sido incluídos no documento, quais as motivações por trás dos mesmos e quais efeitos buscavam ter.

Após essa apresentação do caso, será realizada uma análise desse engajamento brasileiro à luz de seu histórico de atuação na área. Serão estudados os efeitos da Declaração de Teerã não só para o caso estudado, mas, principalmente, para a política externa brasileira. Nesse quarto capítulo, a lente teórica (capítulo 2) e a contextualização do caso (capítulo 3) permitirão uma reflexão sobre os objetivos desse marcante evento da política externa brasileira, a avaliação de seus resultados, e lições que ficaram e podem ser utilizadas pelo Brasil perante os conflitos do mundo contemporâneo.

Por fim, o trabalho se encerra com a elaboração de recomendações para os formuladores da Política Externa Brasileira a partir do caso analisado. O objetivo final é uma melhor compreensão de como o Brasil, como Estado emergente e ator de *peacebuilding*, se insere dentro das crises internacionais de hoje. Através dos erros e acertos de Teerã é possível projetar o Brasil de hoje, um ator possivelmente amadurecido e interessado em novamente figurar entre os grandes promotores da paz do sistema internacional.

2. A Paz dentro da Política Externa Brasileira e de Demais Países Emergentes

A Agenda pela Paz de 1992, constata a inadequação do modelo das operações de *peacekeeping* para o cenário internacional da época e, a partir disso, estabelece 4 conceitos que seriam chave para a atuação da ONU face a conflitos no pós-Guerra Fria: diplomacia preventiva, *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*.

Em situações posteriores a conflitos, a consolidação da paz (ou *peacebuilding*) consiste em projetos de cooperação entre dois ou mais países com benefícios mútuos que agreguem não apenas em questões econômicas e desenvolvimentistas, mas que também promovam aumentos de confiança no Estado vulnerável, fator fundamental para a paz (Boutros-Ghali, 1992, p. 32). Essas discussões acerca da paz foram acalentadas durante a Guerra Fria, com operações de *peacekeeping* sendo as principais atividades promovidas pela ONU. Nessa época, as principais atividades dessas operações se dividiram entre: (i) o monitoramento de zonas neutras entre combatentes (*buffer zones*); (ii) a construção de confiança (*confidence building*) entre as partes em conflito; (iii) a manutenção de cessar-fogos; (iv) a estabilização dos locais em beligerância; (v) o apoio à solução pacífica dos conflitos (Blanco, Kremer e Pereira, 2016). Ou seja, uma visão alinhada às ideias do período que tinham a paz como o simples resultado do fim dos conflitos entre Estados.

Em meados do Século XX, a cessação dos conflitos bélicos entre Estados era vista como objetivo máximo. Entretanto, essa visão limitada de política internacional acaba por gerar a chamada paz negativa (Galtung, 1969) que considera apenas a violência direta como um fator definidor do conceito de paz. Conceitualmente, trata-se de uma análise rasa uma vez que desconsidera todos os outros inúmeros aspectos que influenciam para a promoção de uma paz duradoura e estável.

Essa visão predominante no período pós-Guerra Fria foi sendo questionada conforme os estudos acerca da paz avançavam, dando lugar à paz positiva. O conceito de paz positiva se baseia não apenas na violência direta, mas também nas maneiras indiretas de violência e desigualdade social. A visão das situações de

necessidade de promoção da paz se tornou mais robusta, desvinculando-se um pouco do simples ato de *peacekeeping* e permitindo análises e intervenções mais amplas de Estados em situação de fragilidade.

Dessa forma, Johan Galtung cunha pela primeira vez, em 1976, o termo *peacebuilding* como a associação entre os aspectos geradores e perpetuadores dos conflitos violentos e intervenções locais dentro dos aspectos que garantem uma paz duradoura e estável. Com o fim da Guerra Fria, e a ascensão da ordem liberal global, o conceito de *peacebuilding* passou a ganhar cada vez mais força dentro dos estudos sobre conflitos e desenvolvimento de Estados. Surge, assim, a partir da evolução dos combates violentos e violência política, uma Arquitetura Internacional da Paz (AIP) (Richmond, 2021, p. 380)

A evolução dos processos de *peacebuilding* de forma a originar a AIP possui uma longa trajetória, ganhando contornos particulares no pós-guerra fria, primeiramente a partir de uma lógica de paz liberal e, posteriormente, com práticas mais voltadas para a estabilização. (Richmond, 2021, p. 383), que auxiliam a compreender essa mudança que ocorreu até alcançar o cenário atual. Desde os primeiros estágios, que datam do alvorecer do sistema internacional com a Ordem de Vestfália, até os mais contemporâneos, percebe-se um maior refinamento na forma com que os estudos (esses característicos dos estágios contemporâneos) e práticas se apresentavam. Particularmente, a partir do 4º estágio caracterizado por Richmond, começam a se desenvolver as discussões apresentadas ao longo desta seção do texto sobre as evoluções da paz dentro da ordem liberal e suas múltiplas facetas:

- (iv) Liberal peacebuilding in its later iterations, informed by a postcolonial and hybrid, multilayered framework of international relations designed to expand rights while maintaining the previous layers of the international architecture;
- (v) Neoliberal statebuilding, and a reversion to securitisation and a focus on state security, complemented by global capital;
- (vi) the newer ‘digital’ dynamics of international relations (as opposed to the analogue system of industrial modernity and the states system represented by i–iv), and which offers the potential of extending the agency of global civil society and further expanding rights, or constraining political claims through a form of digital governmentality (Richmond, 2021, p. 383)

Mesmo que muitas vezes se depare com questões políticas ou econômicas das grandes potências que interferem na prática de *peacebuilding*, o que torna o processo um pouco contraditório, essa arquitetura desempenha um papel

fundamental dentro do sistema internacional. A ordem liberal muitas vezes permite pouco espaço para que Estados que não façam parte do grupo das grandes potências tenham voz em situações de caráter global. Entretanto, é a partir da AIP e sua constante evolução que esses Estados passam a ter voz e conseguem fazer movimentações de modo a contribuir para a construção da paz internacional.

Dentre os Estados que atuam diretamente na construção da paz, destaca-se a atuação dos países emergentes como um exemplo curioso. Esses Estados tendem a buscar um certo protagonismo a partir dessas ações de *peacebuilding*, trazendo visibilidade a situações dentro do sistema internacional que são geralmente ignoradas. Portanto, faz-se necessário analisar, nesse primeiro momento, essa busca por reconhecimento constante por parte de Estados emergentes e, posteriormente, compreender como isso é feito especificamente pelo Brasil.

2.1 Países Emergentes e Política Externa: A Paz como Ferramenta de Status

A presença de Estados menores em discussões de caráter internacional geralmente é, levianamente, vista como algo de menor relevância para o sistema multilateral. Claro, dentre as 5 cadeiras permanentes do Conselho de Segurança da ONU, todas pertencem a grandes potências que costumam ditar a forma como o sistema internacional opera. Entretanto, não é como se esse fato tornasse irrelevante a presença de Estados emergentes, em especial nas discussões centradas ao redor da paz.

How have small states exerted influence on the multilateral system in the past, and how can they contribute to efforts to reform that system for the future? They do this by promoting international peace and security, championing multilateralism and safeguarding international law, defending the global commons, and advancing multilateral action on frontier issues. (Lupel, Pitakdumrongkit e Ng, 2024, p. 4)

Pode-se questionar o porquê desses Estados buscarem se envolver com questões relacionadas à promoção da paz, mas a resposta para tal questionamento não é muito difícil de se alcançar. Na ordem multilateral liberal, status é tudo, em especial para aqueles Estados que não conseguem apresentar suas credenciais de forma visível (exército, armas nucleares, economia, entre outros). Dessa forma, recorrer para discussões que envolvem todo o sistema internacional surge como

uma possibilidade extremamente atrativa uma vez que demanda um esforço relativamente baixo (principalmente bélico) e possui uma possibilidade de retorno na forma de reconhecimento.

In this pursuit, status-seeking countries want to acquire symbolic equality regarding the selected club of great powers. Among other things, being part of this club permits countries to have more significant roles in relevant world political matters since “great-power privileges are essentially rulemaking privileges (Mukherjee 2022, 47).

Finalmente compreendido que a paz pode ser utilizada como uma poderosa ferramenta de status por esses países, é possível analisar as implicações disso, bem como alguns exemplos.

Primeiramente, ressalta-se a tendência desses Estados de se envolverem em questões que normalmente seriam ignoradas ou, então, não receberiam a devida atenção por parte das grandes potências. Esses casos acabam esbarrando bastante em um cenário de Cooperação Sul-Sul em que ambos os lados tendem a ganhar com o processo de *peacebuilding*. A reconstrução de Guiné-Bissau através da ajuda brasileira exemplifica muito bem a importância do envolvimento de Estados emergentes em casos tratados com indiferença pelo restante do sistema internacional.

Outro ponto de destaque diz respeito à desmistificação do Conselho de Segurança da ONU e suas decisões como intransponíveis. Recentemente, observa-se cada vez mais o inconformismo de Estados emergentes no que diz respeito aos vetos por parte do Conselho de Segurança. Temos visto esses Estados recorrendo à Assembleia Geral demandando maior transparência e responsabilidade no uso dos vetos, como foi o caso de Liechtenstein em 2022 (UN News, 2022).

Esses Estados fazem perfeito uso de suas características únicas para tentar adquirir o status e reconhecimento tão desejado. Potências emergentes geralmente estão particularmente interessadas na maneira como as grandes potências as percebem. Assim, uma falta de reconhecimento como membro simbólico desse grupo seletivo dificulta o objetivo de nações aspirantes de desempenhar papéis significativos em questões normalmente reservadas às grandes potências (Mukherjee, 2022, 46). Com isso, se engajar em questões de caráter internacional geralmente representam um cenário de ganha-ganha para esses Estados uma vez que se colocam em destaque e passam a ser percebidos pelas grandes potências.

Em 2020, por exemplo, a Estônia foi eleita para o Conselho de Segurança por ser uma especialista em segurança cibernética, tema que está cada vez mais em alta no mundo contemporâneo e que permitiu ao pequeno Estado do norte da Europa ser notado internacionalmente.

Em suma, os Estados emergentes desempenham um papel curioso e único dentro do sistema internacional. Um país que se destaca dentro dessa questão é o Brasil, com uma política externa historicamente não intervencionista, mas que tem se ressignificado nas últimas décadas juntamente com o aumento da participação internacional de países em desenvolvimento. Portanto, faz-se necessário analisar, em seguida, a forma brasileira de *peacebuilding*, como ela se formou e alguns de seus casos mais emblemáticos.

2.2 A Trajetória Brasileira na Promoção da Paz

Como alicerce para as análises posteriores deste trabalho, o entendimento da atuação brasileira como promotor da paz se faz imprescindível. Compreendida a importância da promoção da paz e da busca por status dentro do sistema internacional para países emergentes a partir disso, faz-se possível, então, olhar a maneira com que o Brasil atua dentro desse contexto. Com um amplo histórico e casos recentes emblemáticos, as participações brasileiras em situações de consolidação da paz constituem um caso interessante desse tipo de atuação.

Nas últimas 3 décadas, o Brasil vem procurando cada vez mais desempenhar um papel dentro da ordem global de modo a redefinir as estruturas de poder do mundo contemporâneo (Drumond e Kenkel, 2019, p. 67). Historicamente, com exceção da Guerra do Paraguai e da Segunda Guerra Mundial, a política externa brasileira sempre havia adotado uma política de não intervencionismo. Entretanto, com a evolução da forma de fazer política dentro da ordem global, o Brasil começou a adotar posturas que re-imaginam o ato de fazer política externa.

O aumento da participação brasileira em situações de caráter global na área de promoção da paz coincide com a consolidação da democracia e da economia do país. Após o fim do regime ditatorial e as crises econômicas nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) passou a olhar com bons olhos para seus vizinhos da América do Sul. Nessa

época, buscava-se uma maior integração com os Estados da região, criando relações entre esses Estados e promovendo diálogos referentes a temas de interesse mútuo no que diz respeito à democracia, autonomia e soberania, bem como uma balança dentro dos conflitos entre seus vizinhos (Stuenkel e Taylor, 2015, p. 2).

Lentamente, o Brasil se tornava um ator dentro do cenário internacional, iniciando lentamente esse processo através da atuação regional durante o governo FHC e ampliando essa atuação para outros cenários de cooperação sul-sul durante os primeiros governos do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). Foi durante esses mandatos que o Brasil fez suas maiores movimentações internacionais com foco em *peacebuilding*, com ações no Haiti, Guiné-Bissau, Irã (caso a ser analisado posteriormente neste estudo), entre outras.

Ainda na esfera regional, o Brasil e seus vizinhos formaram, em 23 de maio de 2008, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Essa foi uma iniciativa dos países sul-americanos que visava uma maior autonomia para diálogo e negociação dentro do cenário internacional. Tratando-se de um conjunto de Estados em desenvolvimento, essa possibilidade sempre se mostrou extremamente limitada, havendo sofrido com a influência estadunidense durante grande parte do século anterior e, mais recentemente, a partir da Organização dos Estados Americanos (OEA) (Stuenkel e Taylor, 2015, p. 3).

É nesse contexto, no final da década de 2000, que Celso Amorim, o então Ministro das Relações Exteriores, caracteriza a política externa brasileira como não-indiferente perante situações internacionais onde sua presença pode ser necessária. O conceito de não indiferença surgiu a partir do fracasso da Organização da Unidade Africana (OUA) e das Nações Unidas em prestar apoio a Estados africanos durante as situações de crise do final do século XX alegando impossibilidade de interferir na soberania desses Estados. Claro que o conceito de soberania estatal, em cima do qual tanto o sistema internacional quanto a OUA foram fundados, presume a capacidade, poder e autoridade de cada Estado governar seu território. O que se observa em muitos Estados africanos, porém, é a soberania como uma grande ficção legal que não consegue ser alcançada a partir das capacidades administrativas e de governança (Cilliers e Sturman, 2002, p. 3).

No caso brasileiro, a incorporação da não-indiferença em sua política externa se deu através de um foco em não apenas tentar solucionar as questões

militares para as crises humanitárias vigentes. A forma com que o Brasil passou a promover a paz estava ligada à resolução dessas crises desde os seus alicerces, desafiando as questões políticas e econômicas que ocasionavam essas problemáticas. Trata-se de não ficar sentado observando situações claras de necessidade enquanto faz-se valer do não intervencionismo da ordem liberal multilateral, como se uma crise humanitária fosse uma questão 100% militar.

Sobre a participação do Brasil em missões de consolidação da paz no Haiti, Guiné-Bissau, Líbano, entre outras, ressalta-se mais uma vez esse interesse em expandir sua participação a partir dessa não-indiferença perante situações de necessidade ao redor do globo. Esses casos são exemplos claros do que foi discutido acima e se mostram emblemáticos pois são formados por uma combinação de fatores que estão por trás da transição histórica de manutenção e consolidação da paz: crises humanitárias, reconstrução pós-conflitos e, posteriormente, desastres climáticos. É participando dessas situações, que muitas vezes são tratadas com indiferença pelos grandes atores do sistema internacional, que a política externa brasileira se posiciona dentro da segurança internacional, promovendo debates e ações voltados para o Sul Global e sua realidade.

Dessa forma, faz-se necessário uma breve análise sobre o caso do Haiti, a mais emblemática ação de consolidação da paz por parte do Brasil, antes de ser possível avançar para o estudo de caso da crise do urânio enriquecido iraniano.

2.2.1 Participação Brasileira no Processo de Reconstrução do Haiti

Com o fim do governo do 3º governo de Jean-Bertrand Aristides (2001-2004), o Haiti se viu em imensa fragilidade, com problemas estruturais em sua política, marcado por uma grande crise e um governo de transição, e economia. Obviamente o país também era assolado por inúmeras problemáticas de caráter social, com indicadores de desenvolvimento baixíssimos até mesmo para a região. O cenário era um dos piores possíveis para um país que já havia passado por crises semelhantes durante a década de 1990 e agora se via novamente fragilizado (Verenhitach, 2008, p. 27).

Com o intuito de prestar auxílio ao país, a Organização das Nações Unidas votou, em fevereiro de 2004, a criação de uma Multinational Interim Force (MIF) a partir da Resolução 1529. O Brasil votou a favor dessa criação e demonstrou

interesse em participar da reconstrução do Haiti em momentos posteriores, uma vez que o envio de tropas imediatamente seria visto como uma participação intervencionista, o que vai contra o princípio de não-intervenção da política externa brasileira. Mesmo que a missão não tenha usado os famosos capacetes azuis, elemento característico das tropas em Missão de Paz pelas Nações Unidas, ainda assim o Brasil optou por não se envolver diretamente naquele momento.

Entretanto, o Brasil se mostrou extremamente vocal e interessado em participar das discussões que se sucederam, dando origem à Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) em 30 de abril a partir da Resolução 1542, um tipo de missão nunca antes vista dentro do escopo da Organização. Com a aprovação da MINUSTAH, o Brasil finalmente assumiu um envolvimento direto no Haiti para além do trabalho que vinha conduzindo dentro da esfera política da ONU (Verenhitach, 2008, p. 36-40). Tal envolvimento se mostrou bastante significativo pelo fato de ter sido o país que mais enviou tropas ao Haiti durante o período de 2004 até 2017. O Brasil começava a mostrar de forma sutil seu interesse em assumir um papel de protagonismo dentro do cenário internacional no que tangia a promoção da paz.

Durante a presença das tropas brasileiras em solo haitiano, um caso que se mostrou extremamente emblemático e que conversa bastante com a forma brasileira de promover a paz é a pacificação de Bel Air em 2005. Bel Air, área pobre e periférica de Port-au-Prince, era dominada pelo crime, com presença de gangues armadas que ameaçavam a segurança e os direitos fundamentais dos cidadãos da região.

Ao se deparar com esse cenário, o Exército Brasileiro se aliou à Polícia Nacional do Haiti (PNH) com o objetivo de alcançar a pacificação da região. A grande questão desse caso e de muitos outros que permearam a participação da MINUSTAH é o fato de que as atividades militares da Minustah passaram facilmente a incluir ações ofensivas contra grupos heterogêneos definidos de forma indiferenciada e pouco criteriosa como “gangues criminosas” (Cokayne, 2014; Pingeot, 2018). Fazia-se necessário promover a difusão de mensagens através das redes de informantes disponíveis, visando conquistar o apoio da população e uma imagem positiva da Minustah no terreno (Kenkel, Siman e Santos, 2024).

Desde o início a MINUSTAH buscou promover a cooperação entre civis e militares, tentando realizar os chamados quick impact projects (QIPs) para apoiar

a população local. Essas ações foram tão notórias que viraram uma característica marcante da missão, buscando tomar essas medidas rápidas e efetivas para obter resultados no espectro cívico-social. Os esforços militares brasileiros, portanto, foram além dos milhares cartuchos utilizados para o combate ao crime, voltando-se também para o âmbito social e civil do país a partir dessas ações.

Apesar de todo esse impacto positivo na reconstrução do Haiti, a MINUSTAH não é isenta de críticas, as quais valem ser pontuadas para reflexões futuras, uma vez que este estudo busca analisar, posteriormente, possíveis intervenções brasileiras em conflitos contemporâneos. Críticas ao uso da violência durante a missão de pacificação são as mais comuns, bem como muitas denúncias de exploração e abuso sexual (Lee e Bartles, 2020). No mais, existe a crítica de que a MINUSTAH não alterou as hierarquias e estruturas de desigualdade que vigoram no país desde a colonização, algo que impacta tanto as interações do mundo com o Haiti quanto internamente na sociedade haitiana (Kenkel, Siman e Santos, 2024).

De forma geral, mesmo com as críticas válidas e pertinentes existentes à operação, tem-se que os eventos da participação brasileira na MINUSTAH sintetizam a forma brasileira não-indiferente de promover a paz. Trata-se de um caso em que houve um trabalho para além da questão bélica, voltando-se também para os cidadãos e sua segurança. Essa abordagem brasileira se destaca pois demonstra uma preocupação com a situação do país e sua reconstrução, tendo inspirado outras missões da ONU posteriores. A presença brasileira no Haiti é um importante capítulo da política externa brasileira, ajudando o país não só a se reconstruir contra a crise humanitária no princípio dos anos 2000, mas também do terremoto de 2010. Esse foi, de fato, um dos maiores movimentos do Brasil no cenário internacional em busca de liderar as discussões acerca da construção da paz dentro da ordem liberal.

3. O Programa Nuclear Iraniano

Feita essa análise da evolução dos estudos da paz e da forma brasileira de promover a paz, é possível partir para a contextualização do estudo do caso selecionado para este trabalho. Neste capítulo, será contextualizado o programa nuclear iraniano desde a sua origem em meados do século XX e a crise junto ao Conselho de Segurança da ONU ocorrida no início do século XXI envolvendo o Irã e o P5+1.

A história do programa nuclear iraniano se inicia, curiosamente, a partir de uma ação estadunidense. Em 8 de dezembro de 1953, o então presidente dos Estados Unidos Dwight M. Eisenhower fez um discurso em um encontro da Assembléia Geral das Nações Unidas que entraria para a história da humanidade. Eisenhower abordou a ameaça representada pelo uso de tecnologia nuclear para fins bélicos e alertou para os riscos de proliferação dessa tecnologia conforme cada vez mais países conseguiam acesso (Eisenhower, 1953).

Nessa época, as armas nucleares já não eram mais uma exclusividade estadunidense e, portanto, sabiam que a eliminação total desta tecnologia não era uma alternativa plausível. Nesse discurso, sugere-se fazer uso de tecnologia nuclear para fins não bélicos, colocando-as nas mãos de pessoas que saibam como eliminar seu aspecto militar e adaptá-las à arte da paz (Eisenhower, 1953). Esse discurso deu origem à iniciativa estadunidense que viria a ser conhecida como *Atoms for Peace*, um programa que ofereceria tecnologia nuclear e educação a países em desenvolvimento com o intuito de promover o uso pacífico da energia atômica.

3.1 *Atoms for Peace* e o Período Pré-Revolução

A aproximação entre Irã e EUA surge justamente a partir do programa *Atoms for Peace*, com o Irã recebendo seu primeiro reator de pesquisa, conhecido como Tehran Research Reactor (TRR) no ano de 1967, ainda sob o governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi (Malus, 2018). A chegada desse reator em solo iraniano marca o início de seu programa nuclear, permitindo ao país desenvolver seus próprios projetos a partir do uso de energia nuclear. Os Estados Unidos, obviamente, tinham interesses para além de oferecer educação e tecnologia

nuclear a países como o Irã. Os norte-americanos, a partir dessa iniciativa, se colocavam em um papel de liderança global e conseguiam, por meio desses acordos, obter acesso tanto a urânio quanto a tório estrangeiro. Além disso, é inegável que os estadunidenses buscavam ampliar suas influências regionais diante da ameaça comunista da URSS.

Segundo documentos [da época] em arquivo, o Irã não alinhado era considerado a base de uma estratégia de dissuasão contra a União Soviética e a iniciativa Átomos para a Paz serviria para solidificar a lealdade do Irã ao Ocidente (GLICK-UNTERMAN, 2018).

O Xá, porém, não estava contente apenas com o desenvolvimento dessa tecnologia a partir da ajuda estadunidense e garantia que o país trabalharia para se especializar e ter sua produção e desenvolvimento próprio. É justamente isso que ocorreu em meados da década de 1970, com o início da construção de mais de 20 reatores nucleares em solo iraniano, com o intuito de produzir urânio enriquecido a partir do estabelecimento da Atomic Energy Organization of Iran (AEOI) (Malus, 2018). O Xá era uma figura bastante ambiciosa que via na tecnologia nuclear o futuro da produção energética no país e não descartava por completo o estudo/desenvolvimento de armas nucleares. Entretanto, o Irã, mesmo com essa ambição, seguia as normas da época referentes a essa tecnologia e, em fevereiro de 1970, assinou o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) apresentando um posicionamento oficial condizente com os demais programas nucleares de países emergentes desenvolvidos pela Atoms for Peace.

3.2 A Revolução Iraniana e a Sequência do Programa Nuclear

A Revolução Islâmica no Irã ocorreu no ano de 1979 com a nova República Islâmica do Irã sendo instaurada em 1 de abril de 1979. Esse marcante evento histórico marcou uma mudança para o futuro do país e teve impactos para o programa nuclear iraniano que até então ainda era bastante ligado aos Estados Unidos. Com uma onda anti-estadunidense ganhando força nessa revolução, o Irã deixou de receber ajuda dos norte-americanos e seus aliados, o que obviamente teve impacto nas pesquisas relacionadas à energia atômica.

O programa nuclear chegou a ser interrompido no período imediatamente após a revolução, como uma medida de cautela por parte das novas lideranças do país. A República Islâmica do Irã, porém, entendeu que não fazia sentido

abandonar por completo as pesquisas nesse setor, uma vez que o mesmo tinha fins não-bélicos como máxima, reiterando novamente os compromissos do TNP. Entretanto, com as portas sendo fechadas pelos EUA e seus aliados, o Irã teria que buscar outros parceiros para a assinatura de acordos. Até tentou-se uma aproximação com a China, mas até nisso os Estados Unidos conseguiram exercer influência e bloquear partes do acordo que o Irã buscava assinar, especialmente cláusulas que dariam ao Irã reatores adicionais (Malus, 2018).

Os Estados Unidos tentaram frear o progresso iraniano o máximo possível, adicionando, em 19 de janeiro de 1984, o Irã à lista de países que apoiavam o terrorismo (Arms Control Association, 2023). Com isso, diante da impossibilidade de parcerias dentro da rede de influência estadunidense, o Irã passou a explorar novas possibilidades para manter seu programa nuclear em constante desenvolvimento. Dessa forma, surge uma parceria com o Paquistão, centrada na forma do cientista Abdul Qadeer Khan que providenciou ao programa nuclear iraniano os esquemas técnicos para a construção de uma centrífuga P-1.

O envolvimento com esse cientista é emblemático e marcante, pois o mesmo foi responsável por construir uma rede envolvendo Irã, Paquistão, Coreia do Norte e Líbia com o intuito de promover auxílio mútuo quanto a questões nucleares. Na década de 90, inclusive, Irã e a Coreia do Norte teriam feito inúmeros acordos envolvendo envio de mísseis ao país islâmico, apesar dos detalhes dessas negociações não serem precisos em função do antagonismo ocidental perante esses dois Estados (Malus, 2018). Dessa forma, observava-se cada vez mais o Irã como uma ameaça aos olhos dos Estados Unidos, o que viria a resultar nas inúmeras sanções ao longo da década seguinte.

3.3 Anos 2000: P5+1 vs Irã

A partir dos anos 2000, a história do Programa Nuclear Iraniano começa a adentrar tempos nebulosos. O primeiro grande evento que viria a desencadear a crise de segurança global surgiu a partir de uma ação do grupo terrorista iraniano Mujahideen-e Khalq (MeK). Em agosto de 2002, esse grupo organizou uma conferência para a imprensa anunciando que o Irã possuía instalações nucleares perto de Natanz e Arak, dando início a uma suspeita internacional de que o Irã

poderia estar desenvolvendo armas nucleares em seu território (Arms Control Association, 2023).

Considerando o histórico do país com esse tipo de tecnologia, em especial o período pós-Revolução Iraniana, não é difícil compreender o porquê das suspeitas internacionais terem se voltado para o Irã. Desde o rompimento de suas relações, os Estados Unidos sempre buscaram frear os avanços iranianos, o que, por vez, acabou por levar o país islâmico ao polo oposto de suas influências, formando alianças com Coreia do Norte, Paquistão, etc. Assim, a partir da declaração do MeK, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) solicitou, em setembro de 2003, que o Irã suspendesse seu enriquecimento de urânio, solicitando, também, acesso para inspeção das instalações nucleares no país.

Ao longo dos dois anos seguintes, a AIEA e o Irã negociaram os termos para possivelmente viabilizar essa inspeção em solo iraniano, mas sem sucesso. Algumas das maiores potências do mundo, como Rússia, Reino Unido, Alemanha e França, tentaram intervir na situação, mas a posição iraniana se mostrou irreduzível quanto a abrir suas fronteiras para uma investigação de suas instalações. Diante desses fracassos em solucionar a situação sem o envolvimento das Nações Unidas, a Agência Internacional de Energia Atômica vota, em 24 de setembro de 2005, quanto à inconformidade do Irã com as diretrizes da agência, pavimentando o caminho para que a situação escalasse ao Conselho de Segurança (Arms Control Association, 2023).

Em 2006 a situação é oficialmente levada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a adoção de uma resolução solicitando a suspensão do enriquecimento de urânio, a reconsideração da construção de um reator de água pesada pressurizada e cooperação com as ações da AIEA. O grupo formado por China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, que ficaria conhecido como P5+1, faz, em junho do mesmo ano, uma proposta oferecendo incentivos ao Irã para a cessão do enriquecimento de urânio por tempo indeterminado. A resposta do Irã é negativa quanto à proposição do P5+1, levando o grupo das grandes potências a se movimentar politicamente para conter a república islâmica.

O que se sucedeu pelos anos seguintes foi um grande vai-e-vem nas negociações entre esses dois lados. O Irã foi amplamente sancionado pelo Conselho de Segurança nos anos seguintes, a partir das Resoluções 1737, 1747,

1803, entre outras. O objetivo dessas sanções era limitar o acesso do Irã a tecnologias nucleares, securitizado o programa nuclear do país e buscando causar um “sufocamento” que, potencialmente, levaria a abertura do país à inspeção de suas instalações.

De modo geral, até o final dos anos 2000, o P5+1 e o Irã não conseguiram chegar em um denominador comum no que dizia respeito ao enriquecimento de urânio. O sistema internacional vivia um cenário de tensão em função do desentendimento entre essas duas partes, o que escancarava a necessidade de um novo direcionamento para as negociações. Com isso, em 2010, Brasil e Turquia são apontados como mediadores de contencioso a pedido do próprio EUA, uma medida que buscava de fato dar novo rumo à questão do urânio iraniano.

4. De Brasília a Teerã: A Mediação Brasileira da Crise do Urânio Iraniano

Feita a exposição do histórico do programa nuclear iraniano, é possível partir para uma análise da participação brasileira neste caso. Com as maiores potências do mundo participando ativamente das negociações, fica difícil imaginar, em um primeiro momento, que o envolvimento de um emergente como o Brasil poderia representar a chave para uma virada na situação. Entretanto, desde antes do seu apontamento como mediador de contencioso o Brasil já se mostrava bastante vocal quanto ao caso. Nesta seção será analisada, portanto, a trajetória brasileira com esse conflito, permeando as críticas no período pré-mediação, os esforços em conjunto com a Turquia para a elaboração da Declaração de Teerã, a repercussão e impacto da mesma para a resolução do conflito e os legados deixados para a Política Externa Brasileira.

4.1 Brasil, Paladino dos Emergentes: Críticas à Condução do P5+1 e o Apontamento como Mediador

Durante as negociações entre o P5+1 e o Irã ao longo da década de 2000, o Brasil adotou uma postura não-intervencionista, alinhada com o histórico de sua política externa. Entretanto, esse não-intervencionismo não impedia o país de expressar seu posicionamento perante à condução da situação por parte do grupo composto pelas 5 cadeiras permanentes do Conselho de Segurança e a Alemanha. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, e Hillary Clinton, Secretária de Estado americana, não escondiam suas divergências de opinião quanto ao assunto do programa nuclear iraniano (Peixoto, 2010).

Enquanto os EUA eram os principais securitizadores da república islâmica, o Brasil, sendo um país signatário do TNP, valia-se das normas e obrigações do mesmo para pautar a legitimidade das ações iranianas, uma vez que o uso pacífico dessa tecnologia se encontra sob a asa da soberania desse Estado. A produção de urânio enriquecido não está necessariamente ligada às tecnologias bélicas e, para o Brasil, a mudança gradual nos posicionamentos do Irã ao longo da década era um produto das pressões exercidas pelas grandes potências em cima do emergente

Irã. Para ressaltar a posição brasileira de não enxergar o programa nuclear iraniano como uma ameaça, Amorim chega a citar o caso do Iraque, que vivenciou enquanto embaixador da ONU, em que as acusações estadunidenses nunca se materializaram (Amorim, 2018).

Entretanto, mesmo com esses posicionamentos divergentes, o Brasil viria a ser requisitado pelos Estados Unidos para que atuasse como mediador desse contencioso juntamente da Turquia. O motivo? O entrave das negociações já se estendia por mais de meia década como já foi pontuado e os EUA optaram por trazer uma abordagem diferente para a questão, deixando países em desenvolvimento tentarem pavimentar o caminho para uma solução pacífica. Como Celso Amorim narra em seu livro, o convite veio diretamente do presidente Barack Obama, que fez questão de ligar para o presidente Lula, deixando de lado, a princípio, as divergências de opiniões quanto à situação iraniana em prol da busca pela estabilidade internacional.

Para essa tarefa, o Brasil se uniu à Turquia, um país com o qual mantinha relações diplomáticas de forma oficial desde meados do século XIX a partir do Acordo Bilateral de Amizade e Comércio (1858). Entretanto, as relações entre os dois países começaram a se fortalecer justamente na primeira década do século XXI, com a ida do presidente Lula à Istambul em 2009 marcando a primeira vez que um Chefe de Estado brasileiro visitou o país (Ministério das Relações Exteriores, 2024). A cooperação entre Brasil e Turquia no ano seguinte para a elaboração do Acordo Tripartite permitiu uma conexão entre os dois países que até então só tinha sido possível através da mística lendária do desembarque das três princesas Toya Jarina, Erondina e Mariana em solo maranhense muitos séculos antes.

Dessa forma, feita a contextualização do histórico brasileiro no conflito e do apontamento como mediador juntamente da Turquia, é possível analisar a participação brasileira no processo das negociações que culminaram na Declaração de Teerã.

4.2 A Mediação Brasileira e a Declaração de Teerã

Para analisar essa participação brasileira como mediador e julgar o seu sucesso ou não, faz-se necessário começar pelo próprio conceito de mediação

internacional. Entende-se que os “conflitos, violentos ou não, são parte recorrente das relações sociais” (Herz; Siman; Drumond, 2016). Entretanto, quando as negociações bilaterais se mostram falhas ou quando o diálogo entre as partes se mostra inviável, a mediação internacional surge como um mecanismo para buscar a restauração da paz.

Mediar tem como princípio promover ou restaurar o diálogo em um contexto de desentendimento. Assim, é possível transitar de uma relação bilateral de barganha para uma estrutura triangular (Touval & Zartman, 1985) onde as interações são atenuadas, as exigências podem ser diluídas e a discussão deixa de ser direta. Em um cenário de crise como o caso do urânio enriquecido iraniano, o apontamento de Brasil e Turquia como mediadores do contencioso indica uma mudança na esfera política das negociações somada ao desejo do não escalonamento do embate.

Entretanto, ainda sobra um questionamento quanto a esse caso: por que Brasil e Turquia? Tendo em vista esses aspectos da mediação internacional, compreende-se que o apontamento de países em desenvolvimento para promover esse diálogo poderia passar uma maior segurança ao Irã, que até então se via oprimido, tentando negociar com alguns dos maiores gigantes do sistema internacional, uma verdadeira Hidra de Lerna, liderada pela mais poderosa das cabeças: os Estados Unidos. Pelo manual de mediação, é possível relacionar isso ao entendimento de que um bom mediador, para ser aceito pelas partes, geralmente deve ser entendido como imparcial, e é a partir dessa mudança que o foco da situação deixa de ser as múltiplas sanções à República Islâmica Iraniana por parte do P5+1 e passa a ser o caso da Cooperação Sul-Sul promovido por Brasil e Turquia junto a um Estado que viria a realizar concessões para novamente se enquadrar dentro da normativa global.

E foi exatamente isso que ocorreu durante as negociações que culminaram, em 17 de maio de 2010, no Acordo Tripartite que viria a ser conhecido como Declaração de Teerã. Brasil e Turquia chegaram a Teerã desarmados e completamente dispostos a dialogar, o que permitiu o crescimento de um otimismo mútuo. O assunto era extremamente delicado, porém a presença brasileira e turca permitiram ao Irã expor, com legitimidade, o sensível assunto da desconfiança quanto a existência de armas nucleares em seu território, que, segundo o governo iraniano, nunca existiram (Amorim, 2018). A partir dessa

mudança no ponto focal das negociações, o ar de incertezas e acusações que vigorava nas conversas anteriores entre o Conselho de Segurança e o Irã evaporou como brumas no alvorecer de um dia quente.

A Declaração de Teerã é a materialização desse diálogo, e isso fica evidente já no primeiro tópico trazido pelo documento, onde os Estados reafirmam o compromisso com o TNP ao mesmo tempo que evocam o direito de todos os países signatários de promover pesquisa, produção e uso de energia nuclear. Para além desta declaração, os mediadores do contencioso conseguiram um avanço extremamente significativo no que diz respeito à abertura do Irã para a cooperação nuclear

Para quebrar a hostilidade e a sensação de isolamento que vigorava na República Islâmica do Irã, Brasil e Turquia apresentaram a troca de combustível como solução para a redução da desconfiança no programa nuclear iraniano. Esse tipo de troca ampliaria as possibilidades do uso de tecnologia nuclear dentro do cenário global, permitiria a troca de conhecimentos e estudos e eliminaria boa parte dos questionamentos em cima das intenções iranianas com esse tipo de tecnologia.

3. We believe that the nuclear fuel exchange is instrumental in initiating cooperation in different areas, especially with regard to peaceful nuclear cooperation including nuclear power plant and research reactors construction. (Tehran Declaration, 2010)

O Brasil se mostrou perspicaz ao compreender que a melhor forma de diminuir a desconfiança quanto ao programa nuclear iraniano era a partir do aumento na rede de influência do país islâmico. A Turquia foi o parceiro escolhido na Declaração de Teerã para receber o urânio enriquecido e a proposta frisa que os órgãos internacionais como a AIEA (Agência Internacional da Energia Atômica) ficariam responsáveis pela fiscalização e controle dessas transações. Essa é uma mudança significativa se comparado ao que vinha sendo proposto pelo P5+1 que exigiam que a República Islâmica do Irã abrisse suas fronteiras para tropas estrangeiras realizarem inspeções nas instalações de seu programa nuclear.

5. Based on the above, in order to facilitate the nuclear cooperation mentioned above, the Islamic Republic of Iran agrees to deposit 1200 kg LEU in Turkey. While in Turkey this LEU will continue to be the property of Iran. Iran and the IAEA may station observers to monitor the safekeeping of the LEU in Turkey. (Tehran Declaration, 2010)

A entrada de Brasil e Turquia nas negociações permitiu avanços que não teriam sido possíveis caso o diálogo tivesse se mantido apenas junto ao P5+1. A inspeção do urânio iraniano exemplifica perfeitamente isso, uma vez que era algo que vinha sendo debatido desde o início do atrito entre as partes, mas que nunca havia sido posto em prática em função da vulnerabilidade que o Irã se encontrava perante as acusações das grandes potências.

10. Turkey and Brazil appreciated Iran's commitment to the NPT and its constructive role in pursuing the realization of nuclear rights of its member states. The Islamic Republic of Iran likewise appreciated the constructive efforts of the friendly countries Turkey and Brazil in creating the conducive environment for realization of Iran's nuclear rights. (Tehran Declaration, 2010)

A proposta de Brasil e Turquia se destacava pela maneira como trazia o Irã para o diálogo, para a cooperação e para a busca de soluções pacíficas. Tudo isso culmina com os artigos finais da Declaração de Teerã onde a ideia de compromisso se mostra extremamente presente. O Acordo Tripartite representava um grande passo em direção à solução desse embate, mas seria ele uma solução definitiva para a questão? Na opinião do P5+1, infelizmente não...

4.3 Impactos do Acordo Tripartite: Protagonismo Internacional Alcançado ou Oportunidade Desperdiçada?

Como mediador do contencioso, o Brasil foi capaz de ganhar visibilidade global e expandir sua zona de atuação como promotor da paz, que antes se limitava à África e às Américas. A recepção da Declaração de Teerã foi considerada extremamente positiva, com o sucesso do diálogo brasileiro e turco junto ao Irã sendo ressaltado no encontro de junho de 2010 da AIEA. Esse encontro teve entre suas pautas os próximos passos para a resolução definitiva da questão. Entretanto, o que se observou por parte do P5+1 foi um notável desinteresse em aderir às proposições trazidas pela dupla Brasil-Turquia.

Fato é que a solução definitiva viria apenas em julho de 2015 com o acordo nuclear firmado entre o Conselho de Segurança da ONU e o Irã, o Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) (Arms Control Association, 2023). Olhando para trás, teria sido a participação brasileira um fracasso como mediação? Teria o Brasil tentado dar um passo maior do que a própria perna? Afirmar algo nesse sentido

seria leviano, uma vez que Brasil e Turquia foram os primeiros a mostrar que era possível dialogar com o Irã.

Para além do estabelecimento do diálogo, medidas presentes na Declaração de Teerã viriam a figurar no acordo de 2015, como é o caso do depósito de urânio enriquecido em outro país para inspeção, a única diferença sendo a França assumindo o papel que seria desempenhado pela Turquia no acordo tripartite. Além disso, ao aceitar o acordo junto ao P5+1, o Irã passou por um período de revisão que duraria até janeiro de 2016, com a verificação por parte da AIEA de que o programa nuclear iraniano possuía fins pacíficos. Confirmava-se o que Brasil e Turquia já haviam apontado anos antes.

Como mencionado na seção sobre a paz dentro da política externa brasileira e de demais países emergentes, a consolidação da paz é uma ferramenta poderosa para esse tipo de Estados. Para o Brasil, o envolvimento no caso do urânio enriquecido iraniano representa o desbravamento de novos cenários de política externa e, ao mesmo tempo, a oportunidade de alcançar um maior patamar de visibilidade. A palavra “protagonismo” é frequentemente usada para abordar os interesses da política externa brasileira durante esse período do início dos anos 2010, e não poderia ser diferente com esse envolvimento em uma questão de caráter global que já permanecia em discussão há mais de meia década (Buarque e Ribeiro, 2023).

Fato é que o Brasil foi capaz de protagonizar, a partir de sua mediação, um avanço que 6 dos maiores atores internacionais se mostraram ineficientes, algo que não pode e não deve ser esquecido. O envolvimento turco-brasileiro colocou o P5+1 em uma sombra, algo que acaba não sendo aceitável para países que estão acostumados a tomar o protagonismo para si. Mesmo com os atritos que sucederam a Declaração de Teerã, e o posterior abandono da mesma, o JCPOA se inspirou imensamente no trabalho em conjunto de Brasil e Turquia, o que é um grande termômetro de sucesso das ideias presentes no Acordo Tripartite.

O protagonismo almejado de fato não se manifestou na forma de prestígio pela resolução definitiva dessa questão internacional. Mas, como já mencionado, os artigos finais da Declaração de Teerã tinham uma ênfase grande nos compromissos entre as partes, em especial os próximos passos para a República Islâmica do Irã. Foram compromissos firmados como esses que permitiram que, mesmo após a não materialização, naquele momento, das resoluções do Acordo

Tripartite, as negociações posteriores com o P5+1 ocorressem da melhor forma possível. O Irã honrou com as resoluções formalizadas com Brasil e Turquia mesmo após o resultado não ter sido o esperado durante o escalonamento para o âmbito internacional.

Portanto, no que diz respeito ao questionamento entre protagonismo e fracasso da mediação brasileira, Celso Amorim é categórico ao refletir acerca dos eventos entre a Declaração de Teerã e o desfecho definitivo da questão apenas em 2015/2016 com o JCPOA: perdeu-se tempo (Amorim, 2018).

4.4 Importância da Declaração de Teerã para a Política Externa Brasileira: Implicações e Legados

Feita a análise acerca dos impactos da Declaração de Teerã para o caso do programa nuclear iraniano, bem como a análise das intenções brasileiras ao se envolver com o caso, é possível caminhar para um novo ponto desse estudo que será norteado por alguns questionamentos: o que tal caso representou para a política externa brasileira e quais implicações o mesmo trouxe consigo? Quais lições foram aprendidas através da negociação “fracassada” para o Brasil como ator dentro do sistema internacional? É possível, nos dias de hoje, um novo grande envolvimento brasileiro em questões de caráter global?

Primeiramente, ressalta-se, mais uma vez, o gosto amargo deixado pela não aceitação internacional do Acordo Tripartite, ainda mais com o acordo posteriormente firmado apresentando inúmeras semelhanças com a proposta turco-brasileira. A frustração não surge, em sua totalidade, pela não resolução do caso naquela época, mas sim por uma sensação quase de ‘sabotagem’ ao acordo, uma vez que a Declaração de Teerã havia sido tão bem aceita e vista pela comunidade internacional, como pode ser observado pelo encontro da AIEA logo após a divulgação do acordo. Ficou claro

Isso tudo, porém, teve uma relevância no sentido de contribuir para um crescimento e amadurecimento da política externa brasileira. De fato, a ideia de se envolver e solucionar uma questão de caráter internacional surgiu de forma extremamente sedutora e, da parte do Brasil, exigiu uma grande mobilização de esforços políticos. Falando sobre o legado desse caso, percebe-se que o mesmo

atuou como um grande termômetro para medir até onde o envolvimento brasileiro poderia ir sem que invadisse o espaço das grandes potências, como o P5+1.

Se por um lado o envolvimento com a questão do urânio iraniano demonstrou grande ambição e potencial por parte do Brasil (Kassenova, 2015), por outro, ficou evidente a falta de capacidade do país de mobilizar o sistema internacional a seu favor (Lampreia, 2014). Com isso, o colapso da negociação se apresenta como aspirações não alcançadas já mencionadas anteriormente e a tentativa de alcançar protagonismo e adquirir visibilidade pode ter se voltado contra o próprio Brasil (Carvalho, 2020). Fato é que as atuações internacionais brasileiras posteriores certamente foram influenciadas pela Declaração de Teerã e seu resultado, o que leva a refletir sobre os envolvimento brasileiros em questões contemporâneas desse tipo, ainda mais tendo em vista o cenário mundial atual.

A mediação é uma ferramenta poderosa para o status de países emergentes e, com diversos conflitos contemporâneos polarizantes em andamento, pode vir a ser a chave para uma maior estabilidade do sistema internacional. Para ser aceito como um verdadeiro negociador de conflitos, o Estado precisa ser reconhecido como tal por grandes potências. No caso do Brasil, infelizmente, percebe-se que esse reconhecimento não se materializou em sua última incursão como mediador, onde seus esforços foram completamente minados justamente por essas potências (Buarque e Ribeiro, 2023).

Resta, portanto, o direcionamento que costuma ser o norte da política externa brasileira, atuando em questões regionais e casos de cooperação Sul-Sul. Isso não significa uma diplomacia brasileira falha, muito pelo contrário, mas sim que a arquitetura do sistema internacional atual deixa pouca abertura para países emergentes adquirirem maior status e relevância quando tratam de assuntos geralmente reservados às grandes potências. A verdade é que há cada vez menos espaço para esse tipo de projeção internacional a partir de conflitos de maior relevância.

Pensando no presente, o cenário se mostra desanimador justamente pelos pontos já levantados. Os esforços brasileiros para lidar com os conflitos internacionais contemporâneos têm se mostrado insuficientes, resultando em pouca influência nos conflitos, em seus resultados e na promoção da paz. Porém, de forma alguma deve-se considerar que esses esforços são desnecessários ou inúteis. Mesmo que a percepção internacional não enxergue o Brasil capaz de

exercer esse tipo de função, é necessário que a diplomacia brasileira continue com seu importante trabalho, se mostrando não-indiferente e extremamente vocal na busca pela paz e estabilidade do sistema internacional.

5. Conclusão

Para a política externa brasileira, o não prosseguimento com as medidas propostas na Declaração de Teerã se mostrou um golpe duro tendo em vista os esforços que foram direcionados para as negociações que culminaram na elaboração de tal documento. A notoriedade e relevância internacional que o Brasil esperava conseguir acabou se esvaindo poucas semanas após a assinatura do acordo. Apesar de seguir sendo vocal e defendendo a soberania e direito iraniano à exploração de tecnologia nuclear, em nenhum outro momento a diplomacia brasileira conseguiu se aproximar novamente das negociações pela paz.

Essa situação, porém, não impediu que a política externa brasileira continuasse exercendo seu papel de manutenção, consolidação e promoção da paz nos outros Estados em que já atuava. Inclusive, o caso do Haiti era cada vez mais demandante em função do terremoto ocorrido no início daquele ano e da necessidade de mais uma vez trabalhar na reconstrução desse país. Com a falta de perspectiva para um novo envolvimento direto no caso do enriquecimento de urânio iraniano, o Brasil agarrou-se à sua humildade e dedicou-se à promoção da paz em outras frentes.

Afinal, o protagonismo almejado não dizia respeito a qualquer tipo de vaidade ou ego por parte da política externa brasileira, muito pelo contrário. Claro que toda movimentação de política externa carrega por trás uma série de outros fatores dentro do âmbito interno do país, os famosos jogos de dois níveis de Putnam, não se tratando apenas de altruísmo. Verifica-se que as movimentações do Brasil se mostraram consistentes e, por isso, a palavra “protagonismo” acaba surgindo de forma natural uma vez que, para além do envolvimento emblemático com o caso do Irã, o país já figurava nos fóruns internacionais defendendo Estados mais fragilizados. O que vale ser ressaltado é que o caso do Irã, posteriormente solucionado a partir do JCPOA e estável até os dias atuais, trouxe ensinamentos valiosos para a Política Externa Brasileira que possuem aplicabilidade no cenário mundial atual para que o Brasil continue exercendo essa função de promotor da paz.

Desde o início de 2022, o mundo tem vivenciado conflitos que entrarão para os livros de história como capítulos importantes da contemporaneidade com os

conflitos entre Rússia-Ucrânia e Israel-Hamas. Se esses conflitos se encerrarão com um dos lados sobrepujando o outro por completo ou a partir de uma mediação pacífica, só o tempo dirá. Fato é que o leque de possibilidades para a promoção da paz se encontra aberto e o país que obtiver êxito dessa forma certamente irá adquirir um prestígio imenso.

Pensando no Brasil, esforços para negociar a paz na questão envolvendo a tríade OTAN, Rússia e Ucrânia se mostraram ineficientes até o momento, em sua maioria (Buarque e Ribeiro, 2023). Entretanto, uma proposta recente que visa a paz nesse conflito vem ganhando força e demonstra o amadurecimento brasileiro ao lidar com política internacional. Uma proposta elaborada em conjunto com a China vem recebendo impulso significativo durante a Cúpula dos Brics, tendo sido reconhecida pelo presidente Putin da Rússia com positividade (MRE, 2024).

Essa proposta conjunta com a China demonstra um pouco da maturidade adquirida pelo Brasil a partir do fracasso nas negociações de paz do caso do urânio iraniano posterior à Declaração de Teerã. O Brasil tem buscado envolvimento com o conflito Rússia-Ucrânia desde o princípio do mesmo, como já mencionado. Entretanto, as falas e propostas brasileiras vinham impactando essa questão, até então.

Dessa forma, ao se unir com a China, maior parceira comercial brasileira e segunda maior economia do mundo, a voz brasileira passa a ter mais força dentro do sistema internacional. Se o país não é visto ou reconhecido como capaz de promover a paz em questões de grande complexidade e relevância, mesmo que possua excelentes propostas e sugestões, aliar-se a uma grande potência pode trazer a visibilidade e força necessária para que as propostas sejam consideradas e discutidas no âmbito internacional. No fim, promover a paz é uma questão de conseguir movimentar o sistema internacional em determinada direção e para isso é necessário ser perspicaz ao decidir não só como agir, mas com quem agir.

Comparando com o caso de Teerã, mesmo que a proposta turco-brasileira tivesse o aval e apoio estadunidense para as negociações, a grande potência não possuía o envolvimento direto caso a paz fosse alcançada dessa forma, muito pelo contrário já que estava no extremo oposto da situação como o maior securitizador do programa nuclear iraniano. No caso contemporâneo, a China, assim como o Brasil, é vista como um ator neutro, mas que possui o impacto necessário para fazer a máquina política girar e levar em consideração uma proposta elaborada

visando a paz. Caso o Brasil estivesse se aliando a outro Estado emergente considerado neutro em relação ao conflito para tentar promover a paz, o impacto não seria o mesmo, ainda que a proposta fosse idêntica à que foi apresentada em conjunto com a China.

Dessa forma, a proposta em conjunto com a China oferece um caminho para fortalecer a construção de imagem brasileira dentro desse campo. É necessário não só pensar a construção da paz hoje, mas sim daqui há décadas, uma vez que a anarquia internacional, e o que os Estados fazem dela, propicia um ambiente favorável a desavenças e conflitos entre Estados no âmbito global. Essa imprevisibilidade é o que torna imprescindível aos países estarem constantemente discutindo, estudando e trabalhando para evitarem esse tipo de situação.

Portanto, a percepção que o sistema internacional tem do Brasil como promotor da paz pode não ter sido suficiente para encerrar as sanções ao Irã na década passada. Pode, também, não ser capaz de encerrar, por si só, o conflito entre Rússia e Ucrânia nos dias atuais. Entretanto, persistir nessa jornada é o que permitirá ao Brasil mediar e participar ativamente da busca pela paz nos conflitos que ainda estão por vir.

6. Referências Bibliográficas

AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: Memórias da Política Externa ativa e altiva*. 2a Edição. São Paulo: Benvirá, março de 2018

AS/RES/1803 (2008). Disponível em <[S/RES/1803 \(2008\) | Security Council](#)>.

Acesso em 20 set. 2024.

BELLÉ, Richeli Eliza. *O papel do Brasil como mediador de conflitos no cenário internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

BOUTROS-GHALI, Boutros. *An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992*. UN Department of Public Information: Nova Iorque, 1992.

BUARQUE, Daniel; RIBEIRO, Miguel Mikeli. *Status and Brazil's role as peace mediator - lessons of the foreign perception of failed Tehran deal*. Rev. Bras. Polít. Int. 66 (1). Nov. 2023. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/sFkyHZFnyFxF7dJbYCwMsZv/?lang=en#>>.

Acesso em 09 nov. 2024.

CARVALHO, Benjamin de. *Brazil's (frustrated) quest for higher status*. In Status and the rise of Brazil: global ambitions, humanitarian engagement and international challenges, edited by P. Esteves, M. G. Jumbert, and B. Carvalho, 19-30. Berlin: Springer, 2020.

CILLIERS, Jakkie; STURMAN, Kathryn. The right of intervention: Enforcement challenges for the African Union, *African Security Review*, Vol. 11, No. 3, 2002, p. 3.

DAVENPORT, Kelsey. Timeline of Nuclear Diplomacy With Iran, 1967-2023.

Arms Control Association, 2023. Disponível em

<<https://www.armscontrol.org/factsheets/timeline-nuclear-diplomacy-iran-1967-2023>>. Acesso em 14 out. 2024.

COCKAYNE, James. *The futility of force? Strategic lessons for dealing with unconventional armed groups from the UN's War on Haiti's gangs*. Journal of Strategic Studies, v. 37, n. 5, p. 736-769, 2014.

DRUMOND, Iago Gama; KENKEL, Kai Michael (Orientador). *O Brasil como empreendedor normativo de peacebuilding no Haiti e em Guiné-Bissau*. Rio de

Janeiro, 2019, 130p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DRUMOND, Paula; HERZ, Monica; SIMAN, Maira. O que é mediação em conflitos internacionais? - Mapeando o debate, em *Mediação Internacional*. Editora Vozes / Editora PUC-Rio: Petrópolis, 2016.

EISENHOWER, Dwight D. Atoms for Peace Speech. 1953. Disponível em <<https://www.iaea.org/about/history/atoms-for-peace-speech>>. Acesso em 12 out. 2024.

GALTUNG, Johan. *Theories of Peace. A Synthetic Approach to Peace Thinking*. 1967. Disponível em <<http://www.transcend.org/galtung/index.php#publications>>. Acesso em 29 set. 2024.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), pp.167- 191. 1969. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336900600301>>. Acesso em 29 set. 2024.

GALTUNG, Johan. *Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding*. Copenhagen: Christian Ejlertsen. 1976.

GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means*. London: SAGE, 1996

Kassenova, Togzhan. Brazil and the global nuclear order. In *Brazil on the global stage*, edited by O. Stuenkel, and M. M. Taylor, 117-142. Berlin: Springer, 2015.

KENKEL, K. M.; SIMAN, MAÍRA; SANTOS, VICTÓRIA M S . *Operações de paz e relações civil-militares: o engajamento brasileiro na missão de estabilização no Haiti (Minustah)*. In: Maria Celina d'Araujo; Lucas Pereira Rezende. (Org.). *Forças Armadas e Política no Brasil Republicano: a Nova República (1988-2018)*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024, v. 2, p. 219-232.

Lampreia, Luiz Felipe *Aposta em Teerã: o acordo nuclear entre Brasil, Turquia e Irã*. São Paulo: Objetiva, 2014.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. “*They put a few coins in your hand to drop a baby in you*”: a study of peacekeeper-fathered children in Haiti. *International Peacekeeping*, v. 27, n. 2, p. 177-209, 2020.

LUPEL, Adam; PITAKDUMRONGKIT, Kaewkamol; NG, Joel, *Small States and the Multilateral System: Transforming Global Governance for a Better Future*. International Peace Institute, Set. 2024.

MALUS, Katherine. *From “Atoms for Peace” to “JCPOA”*: History of Iranian Nuclear Development. Columbia | K=1 Project. Disponível em <<https://k1project.columbia.edu/content/atoms-peace-jcpoa-history-iranian-nuclear-development>>. Acesso em 10 out. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasil e China apresentam proposta conjunta para negociações de paz com participação de Rússia e Ucrânia*. 24 mai. 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/05/brasil-e-china-apresentam-proposta-conjunta-para-negociacoes-de-paz-com-participacao-de-russia-e-ucrania>>. Acesso em 17 nov. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República da Turquia. 2024. Disponível em <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-turquia>>. Acesso em 01 nov. 2024.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, Republic of Türkiye. *Joint Declaration of the Ministers of Foreign Affairs of Turkey, Iran and Brazil*. Republic of Türkiye Ministry of Foreign Affairs: 17 mai. 2010. Disponível em <https://www.mfa.gov.tr/17_05_2010-joint-declaration-of-the-ministers-of-foreign-affairs-of-turkey_-iran-and-brazil_.en.mfa>. Acesso em 04 nov. 2024.

MUKHERJEE, Rohan. *Ascending order: rising powers and the politics of status in international relations*. Cambridge Studies in International Relations 160. Cambridge: Cambridge University, 2022.

PEIXOTO, Fabrícia. *Brasil e EUA reafirmam diferenças sobre Irã na visita de Hillary*. BBC NEWS BRASIL: 03 mar. 2010. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/03/100303_hillarycoletiva_fp>. Acesso em 30 out. 2024.

PINGEOT, L. *United Nations peace operations as international practices: revisiting the UN mission’s armed raids against gangs in Haiti*. *European Journal of International Security*, v. 3, n. 3, p. 364-381, 2018.

RICHMOND, Oliver P. *The evolution of the international peace architecture*. *European Journal of International Security*, Volume 6. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 379 - 400

- S/RES/1542(2004). Disponível em <https://digitallibrary.un.org/record/520532?v=pdf>>. Acesso em 03 out. 2024.
- STUENKEL, Oliver; TAYLOR, Matthew. Brazil on the Global Stage: Origins and Consequences of Brazil's Challenge to the Global Liberal Order. In: STUENKEL, Oliver; TAYLOR, Matthew (Eds.). *Brazil on the Global Stage: Power, Ideas, and the Liberal International Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 1 – 16.
- VERLINI, Giovanni. *Board of Governors Begins June Deliberations*. International Atomic Energy Agency: 07 jun. 2010. Disponível em <https://www.iaea.org/newscenter/news/board-governors-begins-june-deliberations>>. Acesso em 03 out. 2024
- TOUVAL, S & ZARTMAN, I.W. "Introduction: Mediation in Theory". In: TOUVAL, S & ZARTMAN, I.W. (orgs.). *International Mediation in Theory and Practice*. Boulder: Westview Press, 1985, p. 7-17.
- UNITED NATIONS NEWS. *UN General Assembly mandates meeting in wake of any Security Council veto*. Disponível em <https://news.un.org/en/story/2022/04/1116982>>. Acesso em 09 out. 2024
- UNITED NATIONS PEACEKEEPING. *MINUSTAH Fact sheet*. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>>. Acesso em 03 out. 2024
- VERENHITACH, Gabriela Daou. *A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira: Motivações e Consequências*. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.